



Em Busca do Direito à Informação: Por que os alunos de escolas públicas não conhecem o seu direito de acesso ao Ensino Superior a partir da reserva de vagas?

1. INTRODUÇÃO

O objetivo da Política de Cotas é a inclusão dos alunos provenientes de escolas públicas, de famílias de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Atualmente a UFRGS reserva 40% do total de vagas para as cotas. Porém, alguns problemas tem prejudicado o caráter inclusivo do sistema:

- As vagas reservadas nunca foram totalmente ocupadas;
- Aproximadamente 10% dos alunos aprovados não conseguem realizar matrícula por documentação insuficiente;
- O público alvo das cotas não tem acesso à informações sobre políticas de inclusão;
- Os editais da Universidade são muito complexos para alunos do ensino médio.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Como referencial teórico foram utilizados os seguintes conceitos: equidade (Rawls, 1997) essencial para o debate acerca da igualdade de oportunidades; *empowerment* (Freire, Shor, 1986; Fazenda, 2010) ou empoderamento, utilizado no sentido de dar poder, conferir autonomia; liberdade e desenvolvimento (Sen, 2000) especialmente no que diz respeito às oportunidades sociais como meios para a liberdade; mobilidade e trajetória (Bourdieu, 2003, 2011), pertinentes à análise das trajetórias descritas pelos alunos.

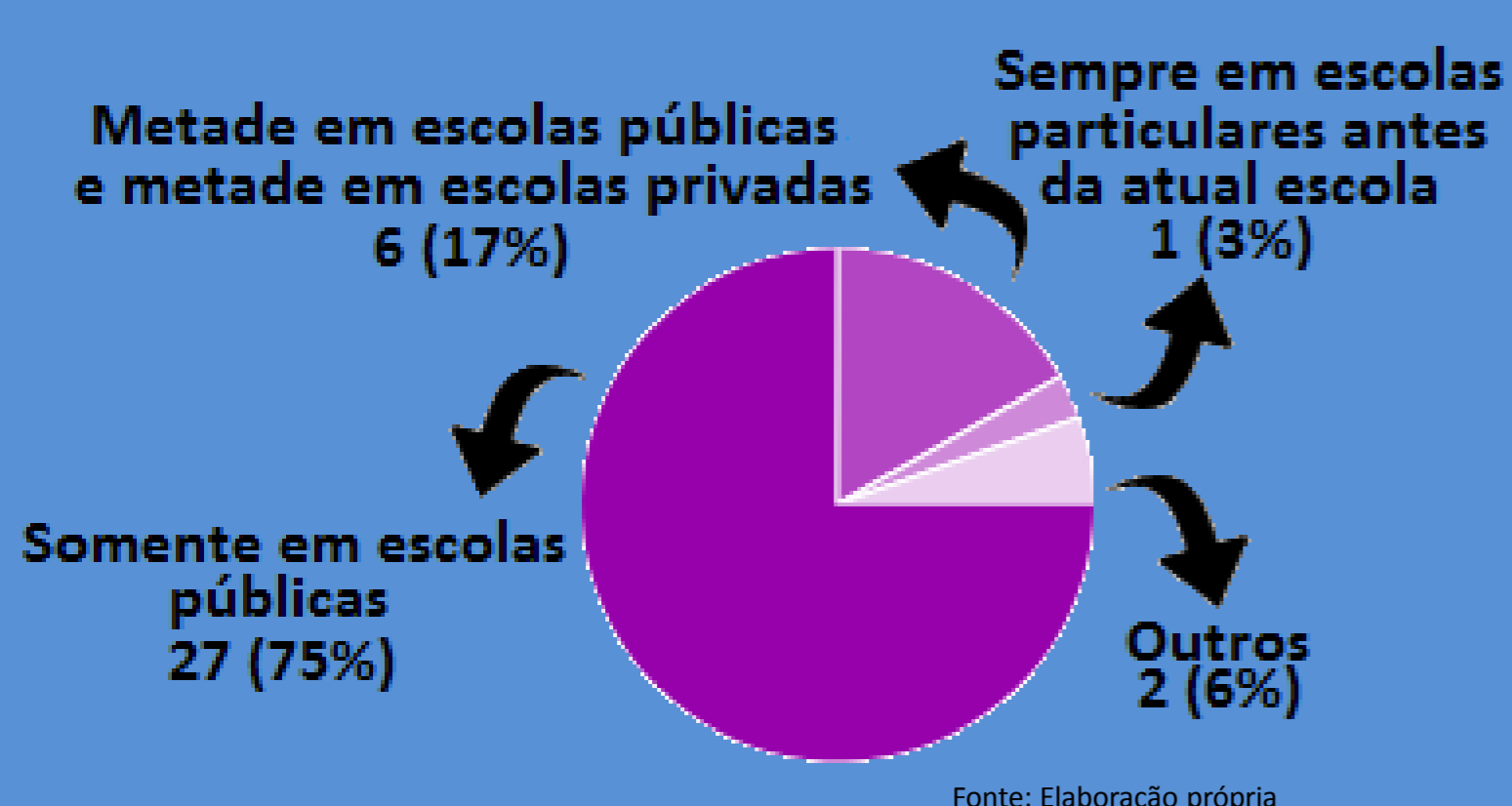
2. OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo verificar o nível de informação dos alunos de escolas públicas sobre as políticas públicas de inclusão. Observei a possível inserção dos alunos no sistema de cotas utilizado pela UFRGS, o nível de informação dos alunos sobre essa possibilidade e suas expectativas em acessar o ensino superior. Analisei também reportagens da mídia local, especialmente de Porto Alegre, sobre as cotas.

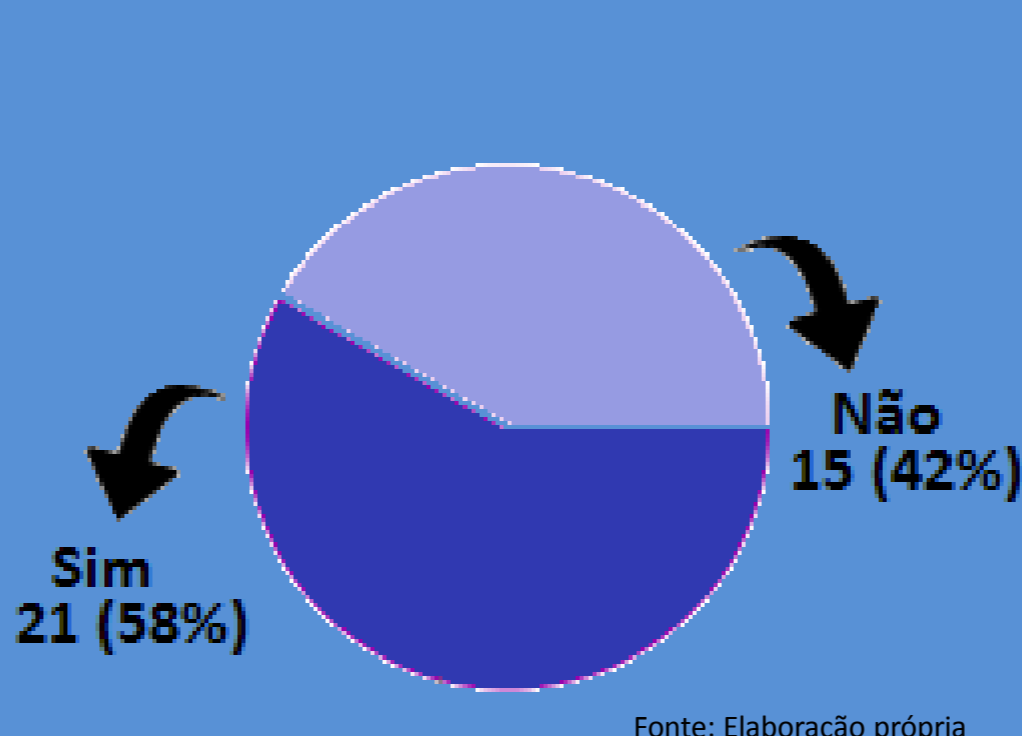
3. MÉTODO

O foco da pesquisa foram os alunos do ensino médio da rede pública estadual de Porto Alegre. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários a partir da plataforma *Google Drive*. Trinta e cinco questionários foram respondidos e analisados. Para complementar a pesquisa, também foram realizadas cinco entrevistas semi-estruturadas e duas observações durante a matrícula dos aprovados no vestibular. Os dados produzidos foram analisados com o auxílio do *software* de análise qualitativa NVivo.

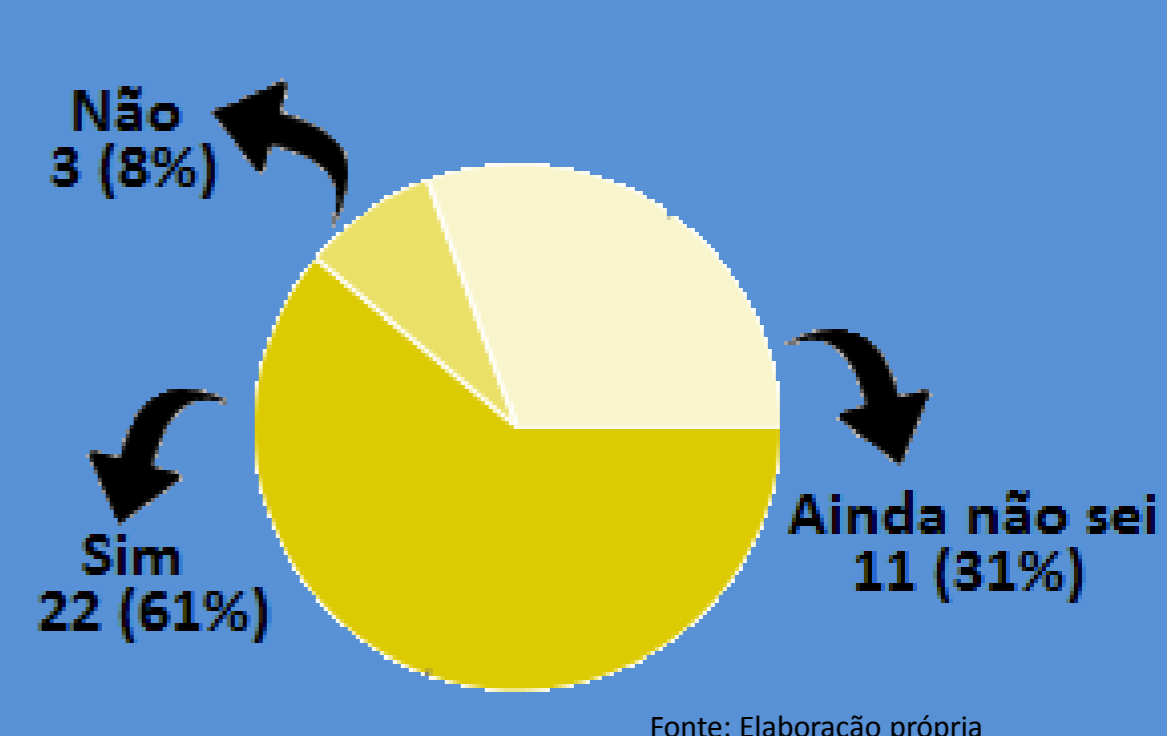
Em que tipo de escola você estudou?



Você conhece o sistema de cotas da UFRGS?



Você pretende fazer o vestibular da UFRGS?



5. ANÁLISE DOS RESULTADOS:

Após análise das trajetórias dos alunos verifiquei que 33 entre os 35 que participaram da pesquisa poderiam concorrer ao sistema de cotas e a maioria desejava cursar o ensino superior. As respostas ao questionário e às entrevistas permitiram confirmar que os alunos sabiam quase nada sobre o sistema de cotas. Dentre os 21 alunos que disseram conhecer, apenas três deles demonstraram algum conhecimento sobre o assunto quando lhes foi perguntado "O que você sabe sobre o sistema de cotas?". O dado mais surpreendente surgiu ao questionar sobre pretensão em concorrer ao vestibular pelo sistema de cotas. Apenas três entre os 35 alunos afirmaram que irão utilizar o sistema de cotas como opção de ingresso. Todos os outros alunos não conhecem o sistema e por esse motivo não pensam ter direito a essa forma de ingresso. A pesquisa permitiu verificar que esses alunos não estão empoderados de seu direito de concorrer a uma vaga na Universidade pelo sistema de cotas. A não ocupação de parte das vagas reservadas muito provavelmente se deve à falta de informação dos alunos e à complexidade dos editais da UFRGS. A intenção dessa pesquisa é atentar para a necessidade de haver um programa de divulgação de informações sobre o funcionamento da política de cotas, para que o público alvo passe a conhecer e compreender os seus direitos. Só há inclusão se houver empoderamento de direitos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2011.
BOURDIEU, P. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2003
FREIRE, P. SHOR, Ira. Medo e Ousadia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
NEVES, C. E. B.. Educação Superior no Brasil: as políticas de inclusão social e seu impacto sobre a desigualdade. Seminário do CESPE/MG. Belo Horizonte, 2009.
RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.